



Preservação do patrimônio documental através da microfilmagem: memória e perspectivas

Gabriela Ayres Ferreira Terrada

Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Brasil

gabriela.ferreira@bn.gov.br

Iuri A. Lapa e Silva

Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Brasil.

iuri.silva@bn.gov.br

Naira Silveira

Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Brasil.

naira.silveira@bn.gov.br

Suely Dias

Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Brasil.

suely@bn.gov.br

Resumo: A Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, desde 1944, adota o processo de microfilmagem em seu acervo, que além de proteger os originais, diminuindo sua manipulação, possibilita a preservação e difusão documental, garantindo a permanência e construção da memória e identidade brasileira. Desde então muitas tecnologias surgiram, algumas permaneceram e outras pereceram. Este trabalho busca refletir sobre o papel da Biblioteca Nacional na contemporaneidade e as dificuldades em administrar e gerir um vasto acervo microfilmado – mais de 50 milhões de páginas - considerando os desafios atuais que envolvem desde altos custos do processo e a definição de política institucional aplicada à transferência do suporte, preservação e acesso. Em um ambiente cada vez mais ocupado pelas digitalizações, acredita-se que é necessário refletir sobre a microfilmagem, realizar um estudo profundo e elaborar um panorama atual do processo de microfilmagem nas instituições. Em um cenário cada vez mais complexo e dinâmico, como resultado, além de registrar a memória de todo o processo de microfilmagem da Biblioteca Nacional, espera-se ajustar estratégias, alinhar políticas e identificar perspectivas à microfilmagem, relacionando esse processo à guarda, organização,



difusão e preservação do patrimônio cultural de cada país. Como resultados esperados, busca-se levantar insumos para responder às duas frentes, além de oferecer um retrato do uso atual do microfilme na BN e em outras instituições que utilizam a microfilmagem para a preservação de seus acervos.

Palavras-chave: Microfilmagem; Fundação Biblioteca Nacional (Brasil); Preservação; Plano Nacional de Microfilmagem (PNM)



Introdução

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) do Brasil, desde 1944, adota o processo de microfilmagem de seu acervo, que, além de proteger os originais diminuindo sua manipulação, possibilita a preservação e difusão documental, garantindo a permanência e construção da memória e identidade brasileira. Neste contexto, aliado à missão da Biblioteca Nacional brasileira, em 1978 foi criado o Plano Nacional de Microfilmagem (Brasil, 1978, 1982), iniciado com o objetivo de localizar, recuperar e preservar as coleções hemerográficas do Brasil (Biblioteca Nacional, 2023). Desde então, muitas tecnologias surgiram, algumas permaneceram e outras pereceram. O microfilme permanece, mas enfrenta desafios contemporâneos como a dificuldade de aquisição de insumos diante de poucas opções no mercado, e elevados custos de manutenção de equipamentos.

Sendo assim, este trabalho busca refletir sobre o papel da Biblioteca Nacional (BN) na contemporaneidade e as dificuldades em administrar e gerir um vasto acervo microfilmado – mais de 50 milhões de páginas – e as limitações atuais que envolvem desde altos custos à falta de clareza quanto ao futuro da técnica. Em um ambiente cada vez mais ocupado pelo paradigma das digitalizações, acredita-se que seja necessário refletir sobre a microfilmagem enquanto modelo ainda presente, realizar um estudo profundo e traçar um panorama atual do processo de microfilmagem nas instituições públicas e privadas, em particular, aquelas caracterizadas como lugares de memória.

Um projeto de pesquisa se encontra em andamento na Biblioteca Nacional a fim de mapear esse cenário. Ele se funda na identificação das práticas atuais da microfilmagem e nas percepções dos agentes que eventualmente ainda se valem dela em suas instituições. Além disso, o projeto também visa sistematizar a trajetória do Plano Nacional de Microfilmagem na instituição.

O trabalho aqui proposto busca apresentar alguns elementos desse projeto, que se estrutura em torno de três eixos. O primeiro está voltado para a sistematização da memória do Plano Nacional de Microfilmagem (PNM) e destinado à identificação de documentos, os mais variados, que possibilitem a recuperação de sua trajetória. Este material deverá eventualmente ser reunido num catálogo e se consubstanciar numa coleção formada pela documentação existente na BN a respeito da instauração do PNM e de seus desdobramentos.

O segundo visa fornecer um retrato da maneira como, hoje, a microfilmagem é utilizada na BN e em outras instituições no Brasil e no mundo. Busca-se também responder como o Laboratório de Microfilmagem se situa dentro da estrutura organizacional da Biblioteca, quais as suas competências e expertises, a fim de subsidiar decisões futuras dentro da própria BN e informar instituições correlatas que ainda se valem da técnica em seus processos de conservação e reprodução em papel.



O terceiro e último eixo diz respeito às perspectivas futuras acerca do uso da microfilmagem como técnica de conservação preventiva e reprodução de acervo. O que diz o estado da arte da literatura que trata do tema? Estamos diante dos últimos anos da técnica? Ou suas qualidades de fixação de conteúdo, seus custos, sua segurança etc. ainda lhe darão sobrevida na era digital?

O Plano Nacional de Microfilmagem: memória e ‘futuro passado’

Algumas construções atuais se apoiam em estruturas, muitas vezes, imperceptíveis. A Biblioteca Nacional Digital (BND), por exemplo, é uma dessas construções digitais que tem como pano de fundo uma tecnologia analógica. Se hoje a BND é um caso de sucesso mundial, muito se deve a uma iniciativa passada: o Plano Nacional de Microfilmagem. O crescimento vertiginoso ao longo da década de 2010 do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira – um dos ramos da BND – se deveu à rápida transposição de fotogramas microfilmados para o novo formato.

O PNM foi uma iniciativa *sui generis* dentro da história da Biblioteca Nacional. A primeira política pública verdadeiramente nacional da instituição, com ramificações por todo o território brasileiro, o PNM não apenas transpôs para o formato duradouro do microfilme páginas frágeis de periódicos, como também tinha como objetivo completar o máximo o possível a coleção hemerográfica do país. Essa característica gera um fenômeno curioso: o acervo microfilmado hoje sob a guarda da FBN é maior que seu acervo físico em si.

Recuperar a trajetória dessa iniciativa num momento em que o campo da reprodução, difusão e da conservação preventiva passa por uma mudança de paradigma significa mais do que prestar uma homenagem aos que se dedicaram ao PNM. Significa antes compreender as expectativas dos agentes passados diante das possibilidades e recursos tecnológicos disponíveis em sua época a fim de informar novas tomadas decisões diante de desafios da contemporaneidade.

Uma das questões mais evidentes a esse respeito recai sobre a articulação nacional da iniciativa e a descentralização na captura dos periódicos microfilmados. Ainda que o Plano estivesse centrado e fosse coordenado a partir de uma instituição em particular,¹ seu desenvolvimento contou com a autonomia dos parceiros estaduais. Redes pré-existentes, em especial a Associação de Arquivistas Brasileiros, e algumas figuras-chave ocupando cargos diretivos de instituições-chave, possibilitaram articulações e convergências. Tudo isso a partir de um conjunto de passos e protocolos compartilhados – a sinalética² como exemplo mais manifesto – gerando uma capilaridade de relações que hoje não se vê mais. Em tempos atuais de

¹ A Biblioteca Nacional na época era subordinada à Fundação Nacional Pró-Memória.

² “Recurso de comunicação utilizado no processo de microfilmagem, contendo informações pertinentes ao conteúdo do rolo, seja para fornecer dados relativos ao teor intrínseco e extrínseco do documento (sinalética bibliográfica), seja para funcionar como sinal de alerta (sinalética visual)” (Associação: 1990, p. 99).



periodismo digital no qual instituições de memória ainda não estabeleceram protocolos de captura dessa intensa produção, o PNM pode ser visto como uma experiência bem sucedida da qual se poderia extrair valiosas lições.

Esse eixo do projeto também tem como objetivo a reunião e sistematização de toda a documentação institucional disponível na Biblioteca para os que desejarem recuperar a trajetória do Plano. Para além da formação de uma coleção PNM, há o interesse em recuperar o impacto e a repercussão social da microfilmagem e como os agentes do passado percebiam o potencial da microfilmagem e as perspectivas futuras da tecnologia.

Desse modo, o projeto visa sistematizar a repercussão do Plano em matérias de periódicos, e também busca identificar nos anais de eventos acadêmicos as apresentações e mesas que discutiam o tema (áreas como conservação e preservação em encontros de arquivologia, biblioteconomia etc.). Ademais, as ementas dos cursos ligados a conservação preventiva estão sendo levantados a fim de se tentar identificar o que estes profissionais ensinavam a respeito, e, se possível, como esses mesmos cursos repercutiram a transição para o paradigma digital. Essa fase em si ainda apresenta alguns desafios práticos na obtenção das ementas de aulas.

A microfilmagem em instituições de memória: a atualidade possível

Até hoje a microfilmagem é utilizada dentro da Fundação Biblioteca Nacional como ferramenta de conservação preventiva. Essa atividade na FBN é desenvolvida apenas sobre a coleção de periódicos da instituição. Trata-se de um processo longo e laborioso, que pode ser resumido da seguinte maneira. No Laboratório de Microfilmagem, o periódico a ser reproduzido é recebido e avaliado. Dependendo de seu estado de conservação, são realizadas pequenas intervenções sobre o papel desgastado e frágil dos jornais. Isso inclui, por vezes, a recomposição de páginas danificadas como um quebra-cabeça sendo montado a partir de fragmentos soltos de papel encontrados nos volumes encadernados de periódicos. Junto a esse processo, toda a sinalética do periódico é realizada e só então ele pode ser enviado para a captura fotográfica, processo que irá eventualmente culminar na geração do rolo de microfilme.

Ainda que a FBN possua um vigoroso programa de digitalização, uma parte importante da conservação preventiva do acervo ocorre no âmbito da Coordenação de Microfilmagem. Certas competências, como as pequenas intervenções, a separação de cada fascículo de um periódico para a captura, a informação a respeito dessa divisão e outros aspectos ligados à sinalética, ainda se encontram na alçada dessa Coordenação. O Laboratório de Digitalização da FBN não desempenha essas mesmas atividades, gerando uma convivência entre dois saberes oriundos de paradigmas distintos, analógico e digital. A manutenção ou não de um programa de microfilmagem dentro da Biblioteca Nacional deverá levar em conta essas especificidades. Trata-se de um desafio que os gestores estão tentando ajustar, em particular diante de mudanças no



mercado de insumos para a microfilmagem e diante da escassez de profissionais treinados na manutenção e conservação dos equipamentos.

O projeto de pesquisa em andamento busca identificar quais outras instituições brasileiras ainda mantêm seus programas de microfilmagem e como elas estão lidando com as mudanças em curso. A resposta preliminar a respeito é significativa. Apenas instituições mais 'robustas' de Estado e verdadeiramente 'nacionais' ainda promovem essa política com algum vigor. Essa constatação rende algumas perguntas e outras tantas dúvidas.

Há futuro para a microfilmagem?

Para responder à pergunta acima, seria necessário compreender o panorama nacional e internacional de seu uso, assim como as dúvidas que ainda recaem sobre a digitalização enquanto ferramenta de conversação preventiva de artefatos culturais em suporte papel. Afinal, a durabilidade do microfilme é bem conhecida. O mesmo não pode ser dito sobre a técnica de armazenamento digital. A questão de escala temporal também é outro fator que poderia pesar sobre a tomada de decisão a respeito. Estamos pensando numa escala de 100, 200 ou 500 anos de preservação?

Para que um cenário mais claro seja traçado, o projeto tem como objetivo circular um questionário entre instituições nacionais e internacionais que fazem ou fizeram uso da microfilmagem para então buscar compreender: o que motivou a continuidade ou não de seu uso; a percepção dos agentes envolvidos nas suas potenciais vantagens e desvantagens; a maneira como o acervo de rolos de microfilme está sendo tratado pela instituição, mesmo aquelas que abandonaram a técnica; o tipo de material escolhido para ser microfilmado (na BN são periódicos, mas sabemos que instituições como a Library of Congress microfilmam obras raras); além de outras questões mais subjetivas a respeito da técnica.

Está bem claro que o microfilme como técnica de acesso aos artefatos em papel não tem mais futuro. O incômodo da leitura e as muitas outras vantagens do suporte digital são pontos pacíficos. No entanto, seu abandono completo e repentino tampouco parece uma ação sensata. O projeto busca colher insumos para uma tomada de decisão segura e racional, mas também prática de modo a não onerar o orçamento de instituições de memória, dado o aumento significativo dos insumos para a reprodução.

Metodologia

Considerando os três eixos que amparam o trabalho, têm-se como etapa inicial de metodologia de pesquisa o levantamento bibliográfico e a leitura da literatura histórica sobre preservação e reprodução. Posteriormente, será realizado o levantamento documental a respeito dos antecedentes da microfilmagem na BN, que envolvem identificar o lugar da microfilmagem na estrutura organizacional da instituição e os agentes envolvidos.



A partir dessa etapa, houve a elaboração de um questionário para coleta de dados. Foram elaborados 2 questionários, sendo:

Questionário 1 - Instituições que deixaram de usar a microfilmagem. Questionário dividido em 4 partes:

Parte 1: informações básicas;

Parte 2: informações gerais sobre a microfilmagem;

Parte 3: Causas para o fim da microfilmagem;

Parte 4: Avaliação subjetiva da decisão de abandonar a microfilmagem e outras questões.

Questionário 2 - Instituições que ainda usam a microfilmagem. Questionário dividido em 2 partes:

Parte 1: informações básicas;

Parte 2: informações adicionais.

O questionário será enviado por meio de formulário eletrônico, com o recorte inicial (amostragem) as instituições que compõe ou que compuseram o PNM. Com essa coleta de dados em questionário eletrônico busca-se conhecer o estado atual do processo de microfilmagem de cada instituição que participou ou ainda participa do Plano.

Por fim, os dados coletados com o questionário serão sistematizados e analisados, que subsidiarão políticas institucionais sobre o processo de microfilmagem, não somente na Biblioteca Nacional do Brasil, como também poderão subsidiar demais bibliotecas que adotam esse processo.

Observa-se, empiricamente a descontinuidade da microfilmagem, espera-se com esta pesquisa um diagnóstico real que. Ressalta-se que um projeto iniciado em 1978, ou seja, com quase 50 anos de investimento de recursos orçamentários e humanos, não seja descontinuado sem um substituo adequado às necessidades de preservação, conservação e disponibilização do patrimônio bibliográfico de uma nação.

Resultados e Discussão

Como resultados alçados até o momento, observa-se que a BN reúne um acervo de 50 mil rolos de microfilme matrizes, relativos a cerca de 15 mil títulos de periódicos de grande relevância para memória da imprensa brasileira.

Embora amparado na Lei N. 5.433/1968 (Brasil, 1968), regulamentada pelo Decreto N. 1.799/1996 (Brasil, 1996), de que o microfilme possui os mesmos efeitos legais dos documentos originais, os altos custos e a dificuldade de encontrar insumos para a microfilmagem, tem-se discutido a suspensão de tal processo, substituindo-o pela digitalização. Algumas instituições, inclusive, deixaram de microfilmar seus acervos, apesar desse suporte ser reconhecido legalmente como substituto do documento original.



Outra observação constatada é que muito da história da microfilmagem está dispersa ou ausente nos registros. Muito do que se sabe está na memória oral dos servidores mais antigos, que acompanharam a criação do PNM. Neste sentido, acredita-se que seria importante que o projeto de História Oral, institucionalizado e coordenador por Rafaella Bettamio, acolhesse os servidores que participaram dos anos iniciais do Plano Nacional de Microfilmagem na BN.

Considerações finais

A tecnologia de reprodução e conservação do acervo da Biblioteca Nacional (BN) via microfilme possui uma trajetória cuja importância ainda se está por sistematizar. Da mesma forma, seu uso futuro, diante de tantas inovações tecnológicas, permanece uma incógnita.

O microfilme permanece como um suporte seguro e duradouro, mas enfrenta desafios contemporâneos como dificuldade de aquisição de insumos, manutenção de equipamentos, alto custo e poucas opções no mercado. Aliado a este cenário, a digitalização tem se mostrado uma opção mais econômica e acessível às instituições.

Dando continuidade à pesquisa, a próxima etapa será a aplicação do questionário, expandindo para demais Bibliotecas Nacionais latino-americanas com o intuito de se conhecer o estágio atual do processo de microfilmagem na América Latina.

Agradecimentos

O trabalho não seria possível sem o envolvimento da equipe, agradecemos nominalmente os envolvidos com o projeto: Vera Lucia Garcia Menezes (COMIC/PPP), Claudio Arcoverde L. de Barros Filho (COMIC/PPP), Adriana M. Pessoa do Rego Barros (PAP-IC) e Ruan de Almeida Dumard (PAP-IC).

Referências bibliográficas

Associação dos Arquivistas Brasileiros. (1990). Núcleo Regional de São Paulo. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. São Paulo: CENADEM.

Biblioteca Nacional. (2001). Departamento de Processos Técnicos. Divisão de Microreprodução. *Manual de confecção de Sinaléticas*. Rio de Janeiro: FBN. (Mimeo).

Biblioteca Nacional. (2023). *Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros – PLANO*. Rio de Janeiro: FBN. Publicado em 24.03.2022, atualizado em 01.12.2023. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/acesso-a-informacao-2/acoes-e-programas/atividades-da-bn/planos-de-preservacao/plano-nacional-de-microfilmagem-de-periodicos-brasileiros-plano>.

[Consulta: 28/02/2024].



Brasil. (1968). *Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5433.htm. [Consulta: 28/02/2024].

Brasil. (1978). Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Cultura. Portaria DAC n.º. 31, de 11 de dezembro de 1978. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: https://biblioteca.in.gov.br/web/dou/dou/-/document_library/kcmautn6AnNs/view_file/422334?com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_redirect=http%3A%2F%2Fbiblioteca.in.gov.br%2Fweb%2Fdou%2Fdou%2F-%2Fdocument_library%2Fkcmautn6AnNs%2Fview%2F421831%3Fcom_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_redirect%3Dhttp%253A%252F%252Fbiblioteca.in.gov.br%252Fweb%252Fdou%252Fdou%252F-%252Fdocument_library%252Fkcmautn6AnNs%252Fview%252F271525%253Fcom_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_redirect%253Dhttp%25253A%25252F%25252Fbiblioteca.in.gov.br%25252Fweb%25252Fdou%25252Fdou%25253Fp_id%25253Dcom_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs%252526p_p_lifecycle%25253D0%252526p_p_state%25253Dnormal%252526p_p_mode%25253Dview. [Consulta: 01/03/2024].

Brasil. (1982). Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Cultura. Portaria n.º 23, de 26 de outubro de 1982. Modifica o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros criado pela Portaria DAC n.º. 31, de 11 de dezembro de 1978. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil]. Brasília, 1 dez., Seção 1, 120(227), p. 22438. Disponível em: https://biblioteca.in.gov.br/web/dou/dou/-/document_library/kcmautn6AnNs/view/421831?com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_redirect=http%3A%2F%2Fbiblioteca.in.gov.br%2Fweb%2Fdou%2Fdou%2F-%2Fdocument_library%2Fkcmautn6AnNs%2Fview%2F271525%3Fcom_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_redirect%3Dhttp%253A%252F%252Fbiblioteca.in.gov.br%252Fweb%252Fdou%252Fdou%253Fp_id%253Dcom_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs%2526p_p_lifecycle%253D0%2526p_p_state%253Dnormal%2526p_p_mode%253Dview. [Consulta: 01/03/2024].

Brasil. (1996). *Decreto no 1.799, de 30 de janeiro de 1996*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1799.htm#:~:text=DECRETO%20No%201.799%2C%20DE.oficiais%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. [Consulta: 28/02/2024].

